Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

FPRJ/FD/JSR/TMS 0566/17

EÓLICA SERRA DAS VACAS IV S.A.
Demonstrações contábeis referentes Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Conteúdo
Relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis
Balanço patrimonial
Demonstração do resultado
Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa



Tel.: +55 11 3848 5880 Fax: + 55 11 3045 7363 www.bdobrazil.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Eólica Serra das Vacas IV S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Serra das Vacas IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Serra das Vacas IV S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Eólica Serra das Vacas IV S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 - SP 013846/0-1

Franciss Paula dos Reis Júnior Contador CRC 1 \$139268/0-6

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	579	505	Fornecedores	8	1.035	10.346
Contas a receber	4	1.529	-	Empréstimos e financiamentos	10	4.530	1.463
Despesas antecipadas		1	11	Debêntures	9	-	6.517
Impostos a recuperar		116	89	Outros passivos		6	8
Outras contas a receber		131	42	Impostos a pagar		232	174
		2.356	647			5.803	18.508
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	10	62.703	55.012
Depositos judiciais		-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	11	19.969	9.906
Aplicações financeiras	5	3.331	-			82.672	64.918
Imobilizado	6	128.010	128.972				
Intangível	7	337	1.519				
Outros		-	-	Patrimônio líquido			
		131.678	130.491	Capital social	12	48.176	48.176
				Prejuízos acumulados		(2.617)	(464)
						45.559	47.712
Total do ativo		134.034	131.138	Total do passivo e do patrimônio líquido		134.034	131.138

Demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Nota	2016	2015
13	17.337	-
14	(10.038)	-
•	7.299	-
15	(1.272)	(621)
15	1.805	<u> </u>
	533	(621)
	7.832	(621)
16	40	402
16	(9.472)	(104)
	(9.432)	298
	(1.600)	(323)
	(553)	-
	(2.153)	(323)
	48.176	48.176
:	(44,69)	(6,70)
	13 14 15 15	13

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(2.153)	(323)
Total do resultado abrangente do exercício	(2.153)	(323)

Demonstração da mutação do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	26.906	(1.040)	(141)	25.725
Aumento do capital social	19.028	(13.380)	-	5.648
Integralização de capital	2.242	14.420	-	16.662
Prejuízo do exercício	-	-	(323)	(323)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	48.176	-	(464)	47.712
Lucro do exercício	-	-	(2.153)	(2.153)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	48.176		(2.617)	45.559

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exerício	(2.153)	(323)
Ajustes		
Depreciação e amortização	5.684	21
Cessão de servidões	1.168	-
Prejuízo ajustado	4.699	(302)
(Aumentos)/reduções dos ativos (circulante e não circulante)		
Clientes	(1.529)	-
Despesas antecipadas	-	191
Outras contas a receber	10	(43)
Impostos a recuperar	(27)	(87)
Outros ativos	(89)	
A constant to the state of a North state of the state of	(1.635)	61
Aumentos/(reduções) dos passivos Fornecedores	(0.211)	10.179
Outros passivos	(9.311) (2)	(59)
Impostos a pagar	58	128
impostos a pagai	(9.255)	10.248
(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(6.191)	10.007
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(5.288)	(103.499)
Aquisições de bens do ativo intangível	-	(438)
Aplicações financeiras	(3.331)	-
Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	580	191
(=) Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(8.039)	(103.746)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Integralização de capital		9.906
Recursos para Futuro Aumento de Capital	10.063	22.310
Empréstimos e Financiamentos, líquido	10.758	56.670
Captação de debêntures	-	57.000
Liquidação de debêntures e juros	(6.517)	(52.940)
(=) Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	14.304	92.946
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	74	(793)
		,
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	505	1.298
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	579	505
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	74	(793)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas IV S.A., com tipo jurídico "Sociedade Anônima" de capital fechado, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem por objetivo social predominante a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A Companhia foi instituída, conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 17 de janeiro de 2014.

Em 31 de agosto de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da totalidade das ações e consequentemente conversão da Companhia em subsidiária integral da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia encontrava-se operacional. O início de suas operações ocorreu no dia 18 de dezembro de 2015.

Conforme Portaria nº 263 do Gabinete do Ministro estabelece a Eólica Serra das Vacas IV (ESDV VI) como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica. Durante o prazo de trinta e cinco anos (35).

Durante o mês de dezembro de 2015 a Companhia operou em fase de testes, tendo sido possível a geração com finalidade comercial nos últimos dias do exercício, com cerca de 50% de sua capacidade operacional.

Em janeiro de 2016, a Companhia iniciou suas atividades comerciais, tendo, inclusive, comercializado o excedente da energia produzida durante os últimos 12 dias do mês de dezembro de 2015, por meio da emissão da nota fiscal número 17 com data de 08 de janeiro de 2016.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas e autorizadas pela diretoria da Companhia em 28 de março de 2017.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor.

b) Moeda de apresentação das demonstrações

As demonstrações contábeis estão apresentadas em moeda nacional (Real), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

2.2.2. Contas a receber

Os valores de contas a receber são demonstrados pelos valores de realização.

2.2.3. Imobilizado

Com a entrada em operação comercial, a companhia optou pela Unitização de seus ativos, de acordo com MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - resolução 674/2015 da Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), assim como as taxas utilizadas para o cálculo da depreciação estão de acordo com a tabela XVI anexa ao respectivo manual.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

2.2.4. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.2.5. Provisões para perdas por "impairment" em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos, para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros foram ajustados por "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data do balanço.

2.2.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

2.2.7. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade da Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

2.2.8. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

2.2.9. Debêntures - não conversíveis

As debêntures (não conversíveis) emitidas pela Companhia, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquida dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

São classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.2.10. Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC

Os novos pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB mas ainda não estão em vigor para 2016. Companhia está atualmente avaliando o impacto total dessas normas

IFRS 9: Instrumentos Financeiros. A norma é efetiva para os períodos contábeis que começam em ou após 1º de janeiro de 2018 e adoção antecipada é permitida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

- IFRS 15: Receita de contratos com os clientes. A data efetiva é 1 de Janeiro de 2018.
- IFRS 16: Arrendamento mercantil. A norma entra em vigor em 1 de Janeiro de 2019.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	1	1
Depósitos bancários	576	504
Aplicações Financeiras	2	-
	579	505

4. Contas a receber

	2016	2015
Suprimento de energia elétrica	1.529	-
	1.529	

A abertura dos saldos de contas a receber pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	2016	2015
A vencer	1.529	-

A comercialização para os clientes está subordinada as políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência.

5. Aplicações financeiras

	2016	2015
Certificado de depósito bancário - CDB	3.331	-
	3.331	-

Saldo correspondente ao valor necessário para perfazer, no mínimo, o montante equivalente a 3 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do empréstimo com o BNDES mencionado na Nota Explicativa n° 10.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

6. Imobilizado

	IMOBILIZADO EM CURSO						IMOBILIZADO EM USO						
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	A ratear	Desenvolvimento de projeto	Adiantamentos a fornecedores	Material depósito	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	425	193	146	1.520	588	20.460	-	-	78	-	-	9	23.419
Aquisições	104	15.919	15.291	13.862	-	60.585	-	-	-	-	-	-	105.761
Baixas	-	-	-	(191)	-			-	-	-	-	-	(191)
Transferências	-	4.736	75.615	-	-	(80.351)	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-			-	-		-	-	(16)	-		(1)	(17)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	529	20.848	91.052	15.191	588	694	-	-	62	-	-	8	128.972
Custo total	529	20.848	91.052	15.191	588	694	-	-	89	-	-	9	129.000
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-	(27)	-	-	(1)	(28)
Valor residual	529	20.848	91.052	15.191	588	694	-	-	62	-	-	8	128.972
Saldos em 31 de dezembro de 2014	529	20.848	91.052	15.191	588	694	-	-	62	-	-	8	128.972
Aquisições	-	4.101	128	335	-	-	588	136	-	-	-	-	5.288
Baixas	-	-	-	-	-	(567)	-	-	-	-	-	-	(567)
Transferências	(529)	(24.949)	(91.180)	(15.526)	(588)	(127)	-	109.228	-	550	23.121		-
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	(4.927)	(13)	-	(742)	(1)	(5.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	588	104.437	49	550	22.379	7	128.010
Custo total	-	-	-	-	-	-	588	109.364	89	550	23.121	9	133.721
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	(4.927)	(40)	-	(742)	(2)	(5.711)
Valor residual	-	-	-	-	-	-	588	104.437	49	550	22.379	7	128.010
Taxa média de								5,13	14,29	_	3,27	6,25	
depreciação %	-	-	-	-	-		-		/		3,2,		-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Conforme mencionando na nota explicativa n° 1, a Companhia entrou em operação em 18 de dezembro de 2015. A partir desta data o imobilizado em curso passou a ser depreciado e ser classificado como imobilizado em uso.

7. Intangível

_	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.074	8	1.082
Aquisições	438	-	438
Amortização	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.512	7	1.519
Custo total	1.512	10	1.522
Amortização acumulada	-	(3)	(3)
Valor residual	1.512	7	1.519
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.512	7	1.519
Cessão de servidões (b)	(1.181)	-	(1.181)
Amortização	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	331	6	337
Custo total	331	10	341
Amortização acumulada	-	(4)	(4)
Valor residual	331	6	337
Taxas anuais de amortização - %	(a)	20	-

- (a) Conforme CPC 4 Ativo intangível (IAS 38), os ativos intangíveis de vida útil indefinida não devem ser amortizados;
- (b) Em julho de 2016 a empresa cede á Eólica Serra das Vacas I S/A, Eólica Serra das Vacas II S/A, Eólica Serra das Vacas III S/A, por meio do contrato de cessão não onerosa das Servidões Administrativas para a passagem da linha de transmissão e respectiva servidões de passagem para acesso a Linha de transmissão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

8. Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores de materiais e serviços	1.035	10.346
	1.035	10.346

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar aos fornecedores são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, com prazo máximo de liquidação de 30 (trinta) dias.

9. Debêntures

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas IV S.A aprovou, em 2 de junho de 2015, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 114 (cento e vinte oito) debêntures, com valor Nominal Unitário de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), totalizando, na data de emissão, o Valor Total da Emissão de R\$ 57.000.000 (sessenta e quatro milhões de reais). A emissão é sério única, com garantia real, garantia adicional fidejussória, com vencimento em 22 de junho de 2016. Os recursos líquidos captados em 30 de julho de 2015 foram destinados para a construção do Parque Eólicos. O valor nominal e os correspondentes encargos financeiros das Debêntures estão classificados do Passivo circulante em virtude do prazo de vencimento ser inferior a um exercício social.

No dia 30 de dezembro de 2015, houve uma amortização no valor de R\$ 50.344.224,00 pago pela Eólica Serra das Vacas IV S.A, com o recebimento de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme Nota Explicativa 10.

	2016	2015
Moeda nacional		6.655
(-) Custo de transação		(138)
	<u> </u>	6.517

As debêntures foram liquidadas durante o exercício de 2016.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

10. Empréstimos e financiamentos

A Eólica Serra das Vacas IV S.A adquiriu um financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento BNDES composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. O "Crédito D" destinado a Eólica Serra das Vacas IV S.A, foi creditado até a data 31 de dezembro de 2015 um valor de R\$ 56.670.520, com data final de amortização em 15 de julho de 2032.

	2016	2015
Moeda nacional	67.421	56.670
(-) Custo de transação	(188)	(195)
	67.233	56.475
•		
Circulante	4.530	1.463
Não circulante	62.703	55.012
	67.233	56.475

O saldo do empréstimo será pago em 192 prestações mensais com vencimento todo dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por TJLP + 2,45% e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser capitalizados ao seu principal.

Foram dadas como garantias do referido contrato, ações da Serra das Vacas Holding S.A; Ações das empresas Serra das Vacas I S.A., Serra das Vacas II S.A., Serra das Vacas III S.A. e Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As beneficiárias tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BDNES as respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular junto aos órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações da Eólica Serra das Vacas I, estão apresentar durante a vigência do contrato, até 30 de maio de cada ano, demonstrações financeiras auditadas por empresa cadastrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), referentes ao exercício anterior.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

11. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

A necessidade de caixa da Companhia, quando necessários aportes monetários de valores expressivos, são suportadas por meio de aportes realizados pelos quotistas com recursos próprios e na proporção de suas participações e registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

	2016	2015
Eólica Serra da Vacas Holding S.A	19.969	9.906
	19.969	9.906

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital subscrito é dividido em 48.176.000 de ações ordinárias de R\$ 1,00 cada uma, tendo sido integralizado o 100% do valor R\$ 48.176.000:

	Capital subscrito	Capital integralizado
Acionistas		
Eólica Serra das Vacas Holding S.A	48.176	48.176
	48.176	48.176

Em 31 de agosto de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da totalidade das ações e consequentemente conversão da Companhia em subsidiária integral da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.

Todos os aumentos de capital com emissões de ações ocorridas durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015 foram deliberados e aprovados em Reunião de Conselho Administrativo.

12.2. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social, sem resultado positivo no período, não houve destinação para reserva legal.

12.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976. Sem resultado positivo no período, não houve proposta de distribuição de dividendos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

13. Receita operacional líquida

Suprimento de energia elétrica (-) Deduções das receitas 14. Custo de produção de energia elétrica	2016 18.049 (712) 17.337	2015
Depreciação e amortização Despesa com pessoal Serviços de terceiros Encargos de transmissão, conexão e distribuição Arrendamentos e alugueis Outros	2016 5.669 1.677 582 467 1.643 10.038	2015
15. Despesas gerais e administrativas		
Despesa com pessoal Serviços de terceiros Depreciação e amortização Arrendamentos e alugueis Outros	2016 1.203 16 - 49 1.268	2015 476 36 4 105 621
16. Resultado financeiro		
Despesas financeiras Juros sobre financiamento Comissão fiança Outras	(7.456) (1.841) (175) (9.472)	2015 - (104) (104)
Receitas financeiras Aplicação financeira	40 40	402 402
	(9.432)	298

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

17. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	2016	2015
Ativos financeiros - Caixa e equivalentes de caixa - Contas a receber - Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	579	505
	Empréstimos e recebíveis	1.529	-
	Valor justo por meio do resultado	3.331	-
Passivos financeiros - Fornecedores - Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	1.035	10.346
	Passivo pelo custo amortizado	67.233	56.475
- Debêntures	Passivo pelo custo amortizado	-	9.906

b. Valor justo

Não existem diferenças entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

 Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

- Nível 2: outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1, em que os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3: informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

c. Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e. Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

f. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

18. Cobertura de seguros

A Administração considera que o montante segurado é suficiente, levando em conta a natureza e o grau de risco, para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.